



ATA Nº 4/ 2024

da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia
27/06/2024

(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua
atual redação)

1. Aos trinta dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de Mora, tendo estado presentes os seguintes membros convocados: Maria Joaquina Filipe Salgueiro (Presidente da Assembleia Municipal), Carlos Alberto da Silveira Biléu (1.º Secretário), Arnaldo António Valdanta da Silva (2.º Secretário), António José Ameixeira Vitorino, João Carlos Durão Lopes Saraiva, António Manuel Matos Salgueiro, José Manuel Ribeiro Pinto, António Alberto Nunes Vitorino, João Aleixo Rodrigues de Carvalho, Ana Paula Beja da Cruz Matos, João Manuel Marques Coelho, Miguel Filipe Chuço Maia, Floripes da Conceição Sousa Laurindo, Clemente Martinho Medeiros, Custódia Maria Casanova, José António Lamarosa Caeiro e Anabela de Matos Aleixo.
2. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: A Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, pelos Srs. Vereadores António Ferreira e Luís Branco.
3. Na sequência da sua convocação para a presente sessão, apresentou a justificação para a sua ausência o membro Fábio Alexandre Bicho Coelho, o qual pediu a sua substituição, a membro Catarina Gato Vieira da Silva apresentou a justificação para sua ausência, a qual pediu a sua substituição, a membro Nélia de Jesus Dias Aniceto dos Santos fez-se representar pelo seu substituo legal, José António Lamarosa Caeiro e a membro Ana Maria Prates Aniceto Ramalho não compareceu e não apresentou justificação para a sua ausência.

PERIODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

4. A **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o público presente se pretendiam intervir, registando-se algumas intervenções.
5. A **municípe Ricarda** questionou quando iriam executar uma obra perto de sua casa.



6. A senhora **Presidente de Câmara** cumprimentou todos os presentes e informou a munícipe que o engenheiro Mourão reformou-se esclarecendo que o mesmo é que tinha conhecimento do que era necessário para resolver a questão, e que o engenheiro João que o substitui está a par da situação para que não se corram mais riscos.
7. O munícipe **Sérgio Varandas** cumprimentou todos os presentes e questionou o executivo sobre as obras no concelho que estão por executar, algumas prometidas em programa eleitoral, na última década, que este executivo já devia ter executado ou iniciado algumas obras e pediu explicações sobre o que impossibilitou a execução das mesmas, referiu que tem conhecimento que algumas obras são englobadas nos PRR e que será demorada a sua concretização. Mencionou as obras que entende serem as mais importantes como exemplo o percurso pedestre que liga o Bairro da Laranjinha à Rua 1º de Dezembro, que é utilizada pelos habitantes para levar os filhos à escola, para irem à igreja e para irem trabalhar para o lar da Igreja. Referiu que este caminho está por reparar e foi promessa eleitoral, nos últimos 10 ou 12 anos e que o executivo anterior foi para 3º ano de mandato e não a iniciou. Questionou porque que ainda não tinha iniciado a obra da Oficina da Criança e concluiu referindo que a obra do Canil Gatil Municipal é de extrema necessidade para o concelho e já deveria ter iniciado.
8. A **Presidente de Câmara** pediu a palavra para esclarecer o munícipe sobre a obra do Canil, que a Câmara Municipal já recebeu 73 000 euros para a sua execução, e que o canil vai ser construído num lote da zona industrial, sendo muito brevemente colocado o placard com a toda a informação, faltando apenas o término dos projetos de especialidades que visa a ampliação do Canil e referiu que no final do mês seguinte iria iniciar-se a obra. De seguida informou o munícipe que a obra do Bairro da Laranjinha é uma obra muito necessária, em que já têm o projeto da Laranjinha elaborado, os materiais estão praticamente todos adquiridos, faltando algumas medições para se comprar o restante material e dar início à empreitada do Bairro da Laranjinha. Continuou a informar que a Oficina da Criança já tinha sido adjudicada a uma empresa e essa empresa começou a preparar o estaleiro, para iniciar a obra, tendo a previsão de 360 dias de duração. Informou ainda que a empresa ganhou a adjudicação com um valor inferior ao valor que estava previsto na adjudicação da obra. Referiu que brevemente o parque de skates estará concluído, para que os jovens possam desfrutar daquele espaço dedicado a eles. Informou também que brevemente iniciar-se-á a obra da Casa das Associações para dar às Associações um local com todas as condições, quer a nível interior, quer a nível exterior. Referiu o desenvolvimento da obra do projeto da Escola nº 1, que irá acolher o ninho de empresas, será um espaço que instalará algumas empresas, e que têm um valor de 300 mil euros para a requalificação deste edifício, e concluiu reiterando ser fundamental a requalificação destes 2 edifícios antigos e com história que vão albergar a Oficina da Criança e a Incubadora de Empresas.



PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

9. A **Presidente da Assembleia Municipal**, questionou os grupos Municipais se pretendiam apresentar alguma intervenção, sugerindo que se faça alternadamente as intervenções, podendo se inscrever com o 1.º Secretário Carlos Biléu.
10. O **eleito Miguel Maia (PS)**, cumprimentou todos os presentes, apresentou um resumo da reunião Intermunicipal da Cimac que decorreu no dia 23 maio de 2024, informou que no período antes da ordem do dia a bancada do PSD apresentou um voto de pesar e recomendação em relação à morte de Fernando Emílio um jornalista do jornal A Bola que acompanhou as edições da Volta ao Alentejo em Bicicleta, como tal foi sugerido que a Volta ao Alentejo se passasse a denominar Volta ao Alentejo Fernando Emílio sendo este documento aprovado por unanimidade, foi pela 1.ª vez entregue os cartões da Cimac aos seus membros, foi informado também a alteração da Presidência e da Vice-Presidência do Conselho Intermunicipal da Cimac, sendo esta agora presidida por David Galego Presidente da Câmara Municipal do Redondo e com a Vice – Presidência de João Grilo Presidente da Câmara Municipal do Alandroal e Carlos Pinto Sá Presidente da Câmara Municipal de Évora, na ordem do dia, o primeiro ponto apresentado referiu-se à prestação de contas 2023, o qual foi aprovado por unanimidade, o segundo ponto apresentado, alteração modificativa orçamental que é o plano de ação 2024 da Cimac, sendo aprovado por unanimidade, o terceiro ponto a prestação de contas da Gesamb em relação ao ano de 2023 sendo este ponto para conhecimento. Concluiu informando que a eleição da mesa da assembleia intermunicipal para último terço do mandato, passou a ser presidida pelo Rui Caeiro do Partido Socialista, a Vice-Presidente nomeada foi Hortênsia Menino da CDU e como secretária Maria Marques do PSD.
11. A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **1.º Secretário Carlos Biléu**, que cumprimentou todos os presentes, dirigindo-se à senhora Presidente da Câmara apresentou um documento sobre a implementação do novo método da leitura, faturação e cobrança do consumo de água - Anexo 15/2024.
12. A **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra à Presidente da Assembleia Municipal para esclarecer os munícipes, que o facto de anexar o pagamento de dois meses numa fatura foi uma forma de resolução mais célere para este problema que se tem arrastado por demasiado tempo, as medidas tomadas nem sempre são as desejáveis, mas também existiam alterações a efetuar de acordo com a Ersar, que implicou o atraso na leitura. Continuou a explicar que as faturas que contêm 2 meses de faturação, foi



salvaguardado para que os metros desses 2 meses fossem divididos e não subiriam de escalão, para que os munícipes não paguem mais. Referiu também que a partir dia 22 de julho iriam começar a fazer a leitura, apesar de a legislação referir que deve-se efetuar leituras 2 vezes por ano, a Camara Municipal irá fazê-lo 4 vezes por ano a partir de julho, sendo feita a leitura de 3 em 3 meses para que a situação fique resolvida sem prejudicar a autarquia e sem prejudicar os munícipes, estando na expectativa de resolver toda a situação dentro de um mês.

13. A eleita **Floripes Laurindo (PS)**, cumprimentou todos os presentes e leu a Declaração Política referindo as Eleições para o Parlamento Europeu – Anexo 16/2024.
14. O eleito **José Pinto (CDU)**, cumprimentou todos os presentes colocou um questão que referenciou como sendo recorrente, que diz respeito às propostas apresentadas pela CDU em 2022 e 2023 que foram acolhidas pelo atual executivo no âmbito das opções do plano, recordou a ligação da Quinta da Laranjinha com a Rua 1.º de dezembro, recordou outra proposta apresentada em 2022 sobre o início da infraestruturação do loteamento municipal tendo em vista complementar a oferta do mercado do arrendamento, o tratamento, inventariação, catalogação e disponibilização do espólio da antiga biblioteca na torre do relógio e a recuperação e a implementação do projeto de criação de um espaço museográfico junto à igreja de Brotas ou na escola, onde parece que já estaria em fase avançada. Referiu outra proposta que seria a elaboração de um estudo geológico sobre as reservas de água potável no concelho, que até agora não tinham conhecimento do mesmo, e lembrou a senhora Presidente de Camara que na última sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril, tinha dito que todas elas estariam concluídas até ao final do ano. Disse julgar que o PS como dizia o antigo 1.º ministro palavra dada palavra honrada e esperava que pudessem honrar essa palavra para que a CDU pudesse continuar a apresentar propostas para as opções do plano 2025, não sendo dessa forma reservam-se no direito de apreciar o documento proposto pela Camara Municipal e o sentido de voto poderá ser alterado relativamente aquilo que tem sido até agora. Pediu para a senhora Presidente apresentar os valores pagos até agora com o projeto da Oficina da Criança, referindo que já tinham sido pagos 100 mil euros ao empreiteiro que foram deitados ao caixote do lixo, e com a transferência da Casa das Associações para outro local e o novo projeto da Oficina da Criança, envolvendo verbas que poderiam ter outro aproveitamento.
15. A **Presidente de Camara** pediu a palavra para esclarecer sobre as propostas da CDU, começou por referir sobre a passagem do Loteamento Municipal em que reuniram novamente com os herdeiros, que continuam a pedir um valor elevado e não existindo entendimento, a Camara Municipal passará para a expropriação. Sobre o tratamento de espólio disse estar a dialogar com a universidade, sendo um espólio muito interessante, existe interesse da parte da bancada CDU e também interesse da Camara



Municipal que o mesmo seja tratado. Informou que o projeto em Brotas está em curso, e que na semana seguinte iriam começar a preparar a sala e fazer um levantamento de tudo o que pode ser colocado na sala e que até ao final do ano estaria concluído. Informou também sobre o estudo geológico que iria facultar informações na próxima Assembleia Municipal. Sobre a Oficina da Criança informou que esta obra já ronda os oitocentos mil euros, mas traria toda a informação explícita sobre os valores gastos nesta obra. Concluiu esclarecendo que Camara Municipal iria receber cerca de três milhões de euros para fazer face à construção das obras em curso como a obra na escola, na Oficina da Criança, no Parque do Gameiro e para o insucesso escolar.

16. A eleita **Ana Matos (PS)** apresentou a Declaração Política Cerimónia entrega de Prémio Cinco Estrelas Regiões 2024 – Anexo 17/2024.

17. Aprovação das atas das Sessões anteriores

18. Foi aprovada por maioria com uma abstenção na Bancada da CDU pelo facto de não ter estado presente na referida sessão, a Ata nº 2/2024, referente à Sessão realizada no dia 25 de abril de 2024.

19. Foi aprovada, por maioria com uma abstenção na bancada da CDU pelo facto de não estar presente na referida sessão, a Ata nº 3/2024, referente à Sessão realizada no dia 30 de abril de 2024.

20. Apresentação da Ordem do Dia da Presente Sessão

21. Foi aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia da presente Sessão da Assembleia Municipal.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

22. Ponto Um – Mapa de Pessoal 2024

23. A Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra à Presidente da Assembleia que passou a citar o seguinte: *“Excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, a Camara Municipal traz novamente à discussão e aprovação desta Assembleia Municipal, O Mapa de Pessoal para 2024 que ainda não vimos até ao momento aprovado por este órgão, contrariamente aquilo que tenho e que temos sido acusados não trago ao debate por mero capricho ou por qualquer outro motivo que não seja a prossecução do interesse publico a que tenho honra e o dever de cumprir. O mapa aqui apresentado hoje reflete de forma efetiva não só as necessidades dos serviços mas também as necessidades da nossa população os números estão*



explicados. A despesa orçamental, também o número dos novos lugares já ocupados está esclarecido perante a nossa população as situações, as problemáticas, as nossas preocupações já foram devidamente justificadas e provadas perante este órgão pelo que relativamente às mesmas nada mais me resta a dizer-vos senão dar-vos nota que ainda no passado dia 15 de maio em reunião solicitada pelo grupo de mães de crianças que frequentam o Agrupamento de Escolas de Mora em que marcou presença a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Mora, a própria direção do Agrupamento, o senhor Vereador do pelouro acompanhado pela Chefe de Divisão responsável pela Área foi demonstrado de forma clara e precisa a preocupação das mesmas perante a falta de recursos humanos, nomeadamente nas AAAF e nas Caf's o que coloca em causa nomeadamente a vigilância dos seus filhos, das nossas crianças, das crianças do nosso concelho, continuamos com a solução que não é uma solução, mas que vossas excelências nos obrigaram de certa forma a tomar o recurso aos recibos verdes à precariedade que tanto dizemos que não queremos mas que tivemos que recorrer, importa deixar aqui bem claro que esta decisão ainda que indiretamente é vossa não é nossa e que a mesma afeta todos, a população e os próprios prestadores de serviços a necessidade de recursos é evidente, a despesa com o Mapa de Pessoal não aumenta mas mantém se a despesa com os prestadores de serviços que assim continuam sem ter as suas condições, devo esclarecer que por erro técnico e nós assumimos também os nossos erros, por erro técnico dos serviços o Mapa de Pessoal que apresentamos não se encontra atualizado no que diz respeito aos lugares preenchidos e ocupados, se deveria estar sim deveria, se tal é impeditivo deste documento a votação não, não é, não cabe ao órgão aprovar Mapas de Pessoal de acordo com as vacaturas de lugares ou preenchimento de lugares cabe sim, nos termos da legislação agora em vigor aprovar no mapa de pessoal de postos de trabalho necessários em cada serviço para o desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente a sua competência, a sua carreira e a sua categoria como é do conhecimento de todos vós os lugares são voláteis, existindo cessações de vínculo e novos contratos de forma sistemática, isto está constantemente a acontecer, se analisássemos os Mapas de Pessoal que já submetemos à aprovação deste órgão e até mesmo os Mapas de Pessoal de anteriores executivos remeteram igualmente à aprovação do mesmo. Facilmente verificamos Mapas de Pessoal alegadamente desatualizados, tendo em conta que o sentido de voto dos senhores vereadores da CDU na sede de reunião de Camara Municipal, facilmente somos a concluir que hoje teremos mas uma vez o Mapa de Pessoal reprovado e continuaremos o duro caminho de prestar serviço à nossa população sem a dignidade que ela merece e aquilo que nós prometemos que é honrar a população e lutar por ela, quero acreditar que as motivações para uma eventual reprovação pelos eleitos da CDU Assembleia Municipal não estará relacionado com a desatualização das vacaturas e preenchimento de lugares, porque já disse e volto a repetir não cabe a este órgão votar o numero de lugares ocupados ou a preencher, mas sim o número



de postos de trabalho previsto em cada serviço e este número para que não restem dúvidas aqui e para quem nos está a seguir mais tarde em casa, não apresenta qualquer tipo de gralha da nossa parte está previsto no documento, quanto às motivações do executivo municipal de maioria PS são as mesmas e não vergarão nem por medo nem muito menos vamos desistir face à posição, até então tomada pela maioria da CDU nesta Assembleia Municipal continuará focado e manteremos a nossa convicção que este é o caminho certo para melhorar e darmos respostas às necessidades da nossa população que é para isso que estamos aqui é para trabalhar e dar as condições necessárias à nossa população. Muito obrigado”.

24. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o Ponto 1, tendo sido **deliberado**, por maioria **reprovar** com 10 votos contra (CDU) e 7 votos a favor (PS), o **Mapa de Pessoal para 2024**.
25. **Ponto Dois – Reprogramação dos Compromissos Plurianuais – Construção da Oficina da Criança.**
26. A **Presidente da Camara Municipal** pediu a palavra à Presidente da Assembleia Municipal que explicou o facto de apresentar uma reprogramação de compromisso plurianual para a Construção da Oficina da Criança devido aos valores apresentados na reunião de camara de 15 de dezembro em que a empreitada para o ano de 2024, apresentava o valor de 791.666.67 mil euros e para o ano de 2025, apresentava o valor de 158.333.33 euros, a obra foi adjudicada à empresa Wikibuild, o preço contratual que estava previsto 898.168 euros e com a duração de 360 dias e a empresa apresentou um preço contratual inferior ao preço base, sendo necessário que sejam feitos alguns ajustes adequados à despesa e planos de pagamento, alterando assim os valores para o ano de 2024 com 507.348.27 euros e para o ano de 2025, com 390.819.76 euros.
27. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o Ponto 2, tendo sido **deliberado** aprovar por unanimidade a **Reprogramação dos Compromissos Plurianuais – Construção da Oficina da Criança**.
28. **Ponto Três – Auto de Transferência de recursos do Município de Mora para a freguesia de Mora.**
29. A **Presidente de Camara Municipal** pediu a palavra para esclarecer o Auto de Transferência de recursos da Junta de Freguesia de Mora surge novamente na Assembleia Municipal devido ao pedido de alteração efetuado pela Junta de Freguesia, o qual foi aceite pelo executivo. A alteração ao anexo 1, o qual engloba as competências, nomeadamente a competência da manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos da educação do pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, passou a citar o excerto a modificar *“Para efeitos do cumprimento da presente competência consta a sua responsabilidade da junta de Freguesia nomeadamente proceder*



à manutenção e limpeza das zonas de recreio dos edifícios do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico localizados na zona de circunscrição da Freguesia de Mora”, concluí referindo que será retirado a menção de limpeza ficando apenas manutenção.

30. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o Ponto 2, tendo sido **deliberado** aprovar por unanimidade o **Auto de Transferência de recursos do Município de Mora para a freguesia de Mora**.
31. **Ponto Quatro - Celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Mora na Junta de Freguesia de Brotas, Cabeção e Mora (cemitérios).**
32. A **Presidente de Câmara** pediu a palavra à senhora Presidente da Assembleia Municipal para informar que os contratos interadministrativos não foram remetidos às Assembleias de Freguesia para que a vigência dos contratos pudessem iniciar a 1 de março de 2024, pedindo para modificar a data de vigência dos contratos para que os contratos pudessem entrar em vigor no mês seguinte.
33. O **eleito António Alberto Vitorino** pediu a palavra à Presidente da Assembleia Municipal, congratulou a Câmara Municipal de passados mais de 2 anos terem feito chegar este contrato. Lamentou que à Junta de Freguesia de Brotas ainda não tenham chegado outros contratos interadministrativos, mas informou que mantêm os serviços mesmo sem os contratos estarem em vigor. Enumerou os serviços que executaram, a limpeza do espaço envolvente à Etar, com a colaboração da Câmara Municipal que lhes fornece as curas e o funcionário que executa a cura das ervas ou corta as ervas é funcionário da Câmara Municipal, o Ecocentro, o campo de futebol e o espaço envolvente ao campo. Referiu ainda que aguarda 3 contratos interadministrativos relacionados com a manutenção da Etar do espaço envolvente à Etar, do Ecocentro e da manutenção do campo de futebol e que o contrato interadministrativo relacionado com o cemitério, foi assinado presentemente, tendo sido proposto em fevereiro e após a sua análise, foi aprovado em reunião da Assembleia de Freguesia, na passada sexta-feira dia 21 de junho. Esclareceu que não existiu impedimento para que a Junta de Freguesia de Brotas, desempenhasse as suas funções no cemitério nem que a Câmara tivesse cumprido a sua parte relativamente às funções que a Junta de Freguesia tem desempenhado no cemitério.
34. A **Presidente de Câmara Municipal** pediu a palavra à Presidente da Assembleia Municipal, que esclareceu que os 3 contratos interadministrativos que estão em falta, tem sido acompanhados pelo Senhor Vereador, não conseguindo dar uma resposta concreta de momento.
35. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o Ponto 4, tendo sido **deliberado** aprovar por unanimidade a **Celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de**



Competências da Câmara Municipal de Mora na Junta de Freguesia de Brotas, Cabeção e Mora (cemitérios).

36. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do **Ponto Cinco - Informação da Câmara Municipal prevista na alínea c) do nº.2 do artigo 25 da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.**
37. A **Presidente de Câmara** pediu a palavra à presidente da Assembleia Municipal e referiu que a cerimónia de entrega dos Prémios Cinco Estrelas Regiões, que trouxe muitas pessoas ao nosso concelho, que durante o fim-de-semana mexeu com a economia local, considerando-o bastante bom. Mencionou que a CPCJ tem estado suspensa devido às eleições, mas está prevista a inauguração para setembro. Informou que a ponte da amizade está concluída, e que as obras na estrada junto ao pomar já se iniciaram. Referiu que foi entregues os cartões de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários de Mora, algo que tinha sido prometido, para que os bombeiros possam ter alguns benefícios porque estão sempre prontos a ajudar a comunidade. Esta é uma forma de ajudar os bombeiros no ativo, e de atrair novas pessoas para as funções de bombeiros. Comemorou-se o dia da criança no pinhal de Cabeção com algumas novas valências que foram muito do agrado de todas as nossas crianças. Iniciaram a limpeza da zona de lazer do Gameiro para estar preparado para todos aqueles que queiram desfrutar daquele espaço no Verão. Informou ainda que o Parque de Autocaravanas durante o mês de maio teve quarenta e uma pernoitas e que já se realizou a primeira reunião com a escola, com a Associação de Pais e também com a Santa Casa da Misericórdia para as bolsas de estudo. Mais informou que Município de Mora apresentou uma candidatura a Município Amigo da Juventude e referiu que o evento o primeiro Mora a Dançar, encheu o Pavilhão de Feiras é um evento para prosseguir e sobre a feira anual de Pavia, tiveram um feedback positivo. Concluiu referindo que os livros lançados no 25 de abril estão esgotados e que está a ser preparada uma segunda edição do mesmo.
38. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada por unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 20 minutos, do dia 30 de abril de 2024.
39. A Ata nº 4/2024 foi *aprovada por unanimidade*, na Sessão da Assembleia Municipal realizada em *27/04/2024*, vai ser assinada pelos membros da mesa, assim como por mim, Patrícia Arsénio, que a redigi e subscrevo.



Manoel Joaquim Trigo Salgueiro
(Presidente da Assembleia Municipal)

Alcides
(Primeiro Secretário)

Amalberto Dutra Vale
(Segundo Secretário)

Patrícia Arsenio
(Redator)

Senhora Presidente da Câmara

Cerca de dois anos após a implementação do novo método de leitura, facturação e cobrança do consumo de água, continuam por resolver alguns problemas que preocupam muitos dos nossos munícipes consumidores.

Concorde-se ou não com as referidas alterações, os problemas técnicos que apareceram no início, e que provocaram os atrasos da facturação e cobrança nos primeiros meses, têm vindo a ser resolvidos.

Mas muitas vezes de forma atabalhoada, como foi o caso da última factura, em que foram cobrados dois meses de uma só vez. O edital então publicado, num texto com duas páginas completas, mais do que esclarecer de forma clara e sucinta, veio a lançar ainda mais confusão. Teria bastado, para o efeito, dizer-se que "*para reduzir o atraso na facturação da água, vão ser cobrados no presente mês os consumos dos meses de tal e tal*". E assim, de forma simples, todos iríamos perceber o que se estava a passar.

Mas subsiste um problema cuja dimensão não estará a ser devidamente acautelada. É o caso da facturação por estimativa. Quando o novo sistema foi implementado as principais alterações, para além da cobrança mensal e do novo escalonamento do tarifário, eram os consumos por estimativa e as leituras periódicas. Na altura foi publicado um primeiro edital dando conta dessas alterações e predizendo que as estimativas seriam regularizadas pelas leituras reais de quatro em quatro meses.

Ora é aqui que reside o problema que até hoje ainda não foi resolvido. A falta de leitura dos contadores arrasta-se nalguns casos há mais de 13 meses, passando por todo o período de maior consumo e aumentando o risco de desfasamento entre os valores facturados e os valores efectivamente consumidos, com eventuais riscos para o consumidor e prejuízos para a Autarquia.

Este assunto já foi por diversas vezes discutido nesta Assembleia, algumas por iniciativa dos munícipes presentes na sala e uma vez por uma intervenção do meu camarada Vitorino, que, numa das últimas sessões, teve a oportunidade de pedir um esclarecimento à Câmara sobre o caso da falta de leituras dos contadores de água.

Sendo um problema que subsiste em continuar e a agravar-se e não sendo, a nosso ver, um problema de natureza técnica, o mesmo está a transformar-se num problema político. Por isso solicito, mais uma vez, um esclarecimento ao Executivo Municipal sobre este assunto, esperando por uma solução rápida que possa dar satisfação e conforto à maioria dos nossos Munícipes, aproximando os períodos do consumo efectivo, da facturação e da cobrança da água.

Obrigado.

Carlos Biléu



Assembleia Municipal de Mora - Grupo Municipal da
CDU/PCP - 27/06/2014

Declaração Política

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal querem congratular o povo português pelo facto de ter diminuído a abstenção nas eleições realizadas no dia 9 do corrente mês de junho para o Parlamento Europeu.

Tal aumento da participação eleitoral corresponde ao desejo dos portugueses de continuarem a participar ativamente no processo de integração europeia.

Os resultados eleitorais deram a vitória ao Partido Socialista.

A mesma, resulta no reconhecimento pelos portugueses do papel importante que o Partido Socialista tem desempenhado desde o início da integração de Portugal na União Europeia.

O Partido Socialista é o Partido da causa Europeia e, em circunstância alguma, deixará de o ser.

Portugal será um Estado em que a população terá melhor nível de vida, mais qualidade democrática, mais plural, mais livre, mais integrador na medida em que continuar o processo de integração na União Europeia.

Seremos sempre europeístas!

Mora, 27 de junho de 2024

Os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal

Declaração Política

Cerimónia entrega de Prémio Cinco Estrelas Regiões 2024

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal querem manifestar a sua satisfação pelo facto de se ter realizado no passado dia 6 do corrente mês de junho, no concelho de Mora, a cerimónia de entrega dos Prémios 5 Estrelas Regiões 2024.

Tal evento, resultou de uma parceria entre a Câmara Municipal de Mora e a empresa Prémio 5 estrelas.

O mesmo permitiu que autarcas, empresários e os órgãos de comunicação social de todo o país visitassem e conhecessem o concelho de Mora.

O evento foi um êxito reconhecido por todos aqueles que nele participaram e por todos aqueles que, indiretamente, dele tiraram proveito, nomeadamente os empresários do concelho da área da hotelaria, restauração e comércio.

Os eleitos do Partido Socialista pretendem felicitar todos os trabalhadores da autarquia que colaboraram na organização do evento e o executivo camarário pelo facto de ter sido capaz de o tão bem receber no nosso concelho.

Mora, 27 de junho de 2024

Os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal